

**ESCLARECIMENTO SOBRE O REAJUSTE/ 2024  
DO MAGISTÉRIO EFETIVOS OU INATIVOS  
e PENSIONISTAS  
COM DIREITO À PARIDADE E  
CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE**

## **ESCLARECIMENTO SOBRE O REAJUSTE E O VALOR ABSORVIDO DA PARCELA DE IRREDUTIBILIDADE**

**- A Lei nº 16.108, de 9 de abril de 2024, aprovado dia 12/3/2024 pela Assembleia Legislativa, reajusta em 3,62 % o valor do SUBSÍDIO (**primeira linha do contracheque**), a contar de janeiro de 2024, veda a sua incidência e repercussão sobre as parcelas autônomas e absorve proporcionalmente, a parcela de irredutibilidade;**

**- O reajuste aplica-se para o subsídio dos Professores e Profissionais de Educação e Especialistas e aos admitidos sob a forma de contratação temporária;**

**- Estabeleceu como valor inicial da carreira N1A – R\$ 4.580,59 para 40h semanais, portanto 2290,59 para 20h semanais;**

**- O disposto nesta Lei aplica-se aos inativos e pensionistas com direito à paridade.**

**- A tabela aprovada refere-se aos valores brutos de 40 horas /semanais. Colegas com 20h reduzir o valor pela metade.**

" ANEXO I

**TABELA DE SUBSÍDIO DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO**

*Valores dos Subsídios Mensais a partir de 1º de janeiro de 2024*

<i>SUBSÍDIO por Nível e Classe (40h)</i>						
<i>Nível/Classe</i>	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>E</i>	<i>F</i>
<i>I</i>	<i>RS 4.580,59</i>	<i>RS 4.626,26</i>	<i>RS 4.672,53</i>	<i>RS 4.719,26</i>	<i>RS 4.766,44</i>	<i>RS 4.814,12</i>
<i>II</i>	<i>RS 4.672,08</i>	<i>RS 4.718,80</i>	<i>RS 4.765,98</i>	<i>RS 4.813,64</i>	<i>RS 4.861,78</i>	<i>RS 5.080,56</i>
<i>III</i>	<i>RS 4.809,49</i>	<i>RS 5.049,96</i>	<i>RS 5.302,46</i>	<i>RS 5.567,58</i>	<i>RS 5.901,63</i>	<i>RS 6.314,75</i>
<i>IV</i>	<i>RS 5.038,51</i>	<i>RS 5.290,44</i>	<i>RS 5.554,97</i>	<i>RS 5.943,80</i>	<i>RS 6.359,87</i>	<i>RS 6.805,07</i>
<i>V</i>	<i>RS 5.496,57</i>	<i>RS 5.826,35</i>	<i>RS 6.175,93</i>	<i>RS 6.546,48</i>	<i>RS 6.939,29</i>	<i>RS 7.355,64</i>
<i>VI</i>	<i>RS 5.954,61</i>	<i>RS 6.311,87</i>	<i>RS 6.690,60</i>	<i>RS 7.092,04</i>	<i>RS 7.517,55</i>	<i>RS 8.013,71</i>

*ANEXO III*

*TABELA DE SUBSÍDIO DO QUADRO ÚNICO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO, EM  
EXTINÇÃO, CRIADO PELA LEI Nº 6.181/71 - 40h*

*Valores dos Subsídios a partir de 1º de janeiro de 2024*

<i>PADRÃO</i>	<i>SUBSÍDIO</i>
<i>M-1</i>	<i>R\$ 4.580,57</i>
<i>M-2</i>	<i>R\$ 4.580,57</i>
<i>M-3</i>	<i>R\$ 5.038,50</i>
<i>M-4</i>	<i>R\$ 4.809,47</i>
<i>PROFESSOR CATEDRÁTICO</i>	<i>R\$ 5.038,43</i>

# ALTERAÇÕES NOS NÍVEIS APÓS 2020, para nomeados.

## Classes permaneceram as mesmas

### NÍVEIS DA CARREIRA do MAGISTÉRIO

	Lei nº 6672 de 22/04/1974	Lei nº 15.451/20
<b>Nível 1</b>	Habilitação específica de 2º grau, obtida em três séries;	Formação em nível médio , modalidade normal
<b>Nível 2</b>	Habilitação específica de 2º grau, obtida em quatro séries ou em três seguidas de estudos adicionais, correspondentes a um ano letivo;	Formação licenciatura de curta duração
<b>Nível 3</b>	Habilitação específica de grau superior, obtida em curso de curta duração;	Formação licenciatura plena ou graduação com formação pedagógica
<b>Nível 4</b>	Habilitação específica de grau superior, obtida em curso de curta duração com estudos adicionais correspondentes, no mínimo, a um ano letivo;	Formação pós-graduação lato sensu em curso de educação
<b>Nível 5</b>	Curso de graduação, licenciatura plena;	Mestrado
<b>Nível 6</b>	Doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento	Doutorado

## **Substituição do BÁSICO pelo SUBSÍDIO no RS**

- Aprovada pela Assembleia Legislativa a Lei nº 15.451/2020, o Governador Leite, transformou o nosso **BÁSICO** em **SUBSÍDIO**, alterou os NÍVEIS, vetou **INCORPORAÇÃO** e extinguiu **GRATIFICAÇÕES**;
- Desta forma o **SUBSÍDIO** (básico) do Nível 1 Classe A passou a ter o valor do **PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (PSPN)**;
- Subsídio passou a ser a remuneração dos contratos temporários;
- O subsídio é fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória;
- As vantagens passaram para as Parcelas de Irredutibilidade, Parcela autônoma e Parcela temporária.
- **PSPN/2024 - R\$ 4.580,59 para 40h semanais, R\$ 2.290,59 para 20h semanais;**

## **Valor do subsídio na tabela para os colegas contratados que atuam:**

- a) Na Educação Infantil e Ensino Fundamental – Classe A, Nível I acrescida do adicional de docência exclusiva**
  
- b) No Ensino Fundamental - Anos Finais, Ensino Médio, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, NEEJA, EJA: Classe A, Nível III.**
  
- c) Profissionais de Educação/Especialistas, para o exercício das funções de Orientador e Supervisor Escolar: Classe A, Nível III.**

## **CÁLCULO DO REAJUSTE DE 3,62% no contracheque de abril/24**

- **O valor do Subsidio(1ª linha do contracheque) mês de abril, corresponde ao nível e classe da tabela atualizada pela Lei nº 16.108/24.**
- **No último contracheque mês de março, ainda não reajustado, pegue o valor referente a seu nível e classe e diminua do valor do mesmo nível e classe da nova tabela, valor que consta no contracheque de abril/24. Multiplique o valor da diferença por 3 (jan-fev-março)**
- **O contracheque de abril traz o pagamento do retroativo do reajuste do subsídio dos meses de jan-fev-março em vantagens retroativas.**
- **No contracheque de maio/24 o valor deve estar regularizado sem retroativos**
- **Com o pagamento retroativo dos 3 meses, tbm há um novo cálculo dos valores do IPE (3,6%) e do Imposto de Renda, registrados em Desconto legal retroativo.**



**VERIFIQUE SE A PARCELA DE IRREDUTIBILIDADE** ainda consta no contracheque

- O valor do Subsídio reajustado pode absorver a totalidade ou parte da PARCELA DE IRREDUTIBILIDADE necessária para chegar ao valor estabelecido pelo reajuste de 3,62%;
- Verifique no contracheque se há uma linha “PARCELA DE IRREDUTIBILIDADE” e o seu valor:
  - a) Se a Parcela de irredutibilidade for **menor**, será totalmente absorvida no valor reajustado do subsídio, acrescido de valores para chegar ao seu nível e classe conforme tabela aprovada
  - b) Se a PARCELA DE IRREDUTIBILIDADE for **maior** o valor equivalente será incorporado ao SUBSÍDIO e o restante continuará no contracheque. Neste caso não receberás reajuste. Os valores apenas trocarão de linha no contracheque.

# **APLICA-SE O REAJUSTE AOS INATIVOS E PENSIONISTAS COM DIREITO À PARIDADE.**

## **INTEGRALIDADE E PARIDADE**

**Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 definiu:**

**INTEGRALIDADE** - os proventos de aposentadoria devem corresponder à totalidade da remuneração;

**PARIDADE** – reajustes na mesma proporção e na mesma data da remuneração dos servidores ativos.

**Emenda Constitucional nº 41/2003 de 31/12/2003:**

o direito à integralidade e paridade passou a ser apenas daqueles servidores com ingresso no serviço público até 31/12/2003 e cumpram requisitos de idade e contribuição da época;

**Obs:**

**APOSENTADORIAS PROPORCIONAIS** - o reajuste dos proventos deve ser tratado por legislação específica para os colegas que se aposentaram de forma proporcional.

**APOSENTADORIA INTEGRAL** - o reajuste dos proventos obedece o plano de carreira, o percentual é calculado no Nível 1 Classe A e os demais níveis e classes conforme percentuais da carreira.

## **Lei nº 6.672/74**

**Art. 63-** A remuneração do Magistério Estadual será realizada por meio de subsídio conforme os coeficientes da carreira, de cada nível, correspondendo ao regime de 40 horas semanais, vedada utilizar o subsídio para cálculo de vantagem, adicional ou gratificação.

**- A remuneração por subsídio, nos termos do § 4º do art. 39 da Constituição Federal, deve ser fixada em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.**

***CF art.39 § 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.***

***CF art.39 § 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º.***

**A Lei nº 15.451, de 17/02/2020.** (Publicada no DOE nº 35, de 18/2/2020)

Alterou a Lei nº 6.672, de 22 de abril de 1974, que institui o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul

**Art. 4º** Aos membros do Magistério Público Estadual ativos, inativos e respectivos pensionistas que se enquadrem em uma das seguintes hipóteses, fica assegurada a percepção de:

I - **UMA PARCELA DE IRREDUTIBILIDADE**, de natureza transitória, em valor equivalente à diferença entre o subsídio fixado para a sua classe e seu nível e o valor equivalente ao vencimento básico, completo do piso, gratificação de permanência incorporada e vantagens temporais incidentes sobre as parcelas de caráter permanente de seu cargo efetivo ou sobre as que já estiverem incorporadas à remuneração ou aos proventos de inatividade e pensão; **(INCORPORADA AO SUBSIDIO A PARTIR DE 2022)**

**II – UMA PARCELA AUTÔNOMA**, a título de vantagem pessoal nominalmente de valor equivalente ao somatório das gratificações de seu cargo efetivo extintas que já estiverem incorporadas à remuneração ou aos proventos de inatividade ou pensão

- A parcela autônoma não será absorvida pelo subsídio do cargo e sujeita somente à revisão geral anual ou a reajuste especificamente determinado por lei

**III - UMA PARCELA TEMPORÁRIA** em razão de carga horária ampliada por convocação equivalente ao valor ao número de horas convocadas com o equivalente cálculo das gratificações e completo, extinguindo-se cessar a convocação ou com valor reduzido/aumentado quando houver alteração das horas.

**Art. 6º** Os valores das parcelas de que tratam os incisos I e II do art. 4.º e art. 5.º desta Lei serão revistos nos mesmos índices definidos em revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos estaduais ou em lei que especificamente os reajustes, observado o disposto nos §§ 1º a 4º.

**§ 1º** Não será absorvida a parcela autônoma de que trata o inciso I do art. 4.º nos casos de revisão geral anual ou concessão de reajuste. ( **Revogado pela Lei nº 15.783, de 23/12/2021**).

**Em 2021 o PISO não foi reajustado em função da Pandemia, portanto a tabela continuou com os mesmos valores**

## Lei nº 15.451/2020

<b>Tabela de subsídios do magistério válida a partir de 1º de março de 2020 (20h) - em R\$</b>						
<b>Nível/Classe</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>
I (Formação de nível médio)	1.443,15	1.457,54	1.472,12	1.486,84	1.501,71	1.516,73
II (Licenciatura curta)	1.471,98	1.486,70	1.501,56	1.516,58	1.531,74	1.600,67
III (Licenciatura plena)	1.515,27	1.591,03	1.670,58	1.754,11	1.859,36	1.989,51
IV (Pós-graduação lato sensu)	1.587,42	1.666,80	1.750,14	1.872,64	2.003,73	2.143,99
V (Mestrado)	1.731,74	1.835,64	1.945,78	2.062,52	2.186,28	2.317,45
VI (Doutorado)	1.876,05	1.988,61	2.107,93	2.234,40	2.368,46	2.524,78

<b>Tabela de subsídios do magistério válida a partir de 1º de março de 2020 (40h) - em R\$</b>						
<b>Nível/Classe</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>
I (Formação de nível médio)	2.886,30	2.915,08	2.944,23	2.973,68	3.003,41	3.033,45
II (Licenciatura curta)	2.943,95	2.973,39	3.003,12	3.033,15	3.063,48	3.201,34
III (Licenciatura plena)	3.030,53	3.182,06	3.341,16	3.508,22	3.718,71	3.979,02
IV (Pós-graduação lato sensu)	3.174,84	3.333,59	3.500,27	3.745,28	4.007,45	4.287,98
V (Mestrado)	3.463,47	3.671,27	3.891,55	4.125,04	4.372,55	4.634,90
VI (Doutorado)	3.752,09	3.977,21	4.215,85	4.468,80	4.736,92	5.049,56

## **A Lei nº 15.783/22 reajustou o Subsídio/2022**

**Art. 1º** Fica reajustado em 32% (trinta e dois por cento), a contar de 1.º de janeiro de 2022, o subsídio mensal dos membros da carreira do Magistério Público Estadual ..., vedada a incidência do reajuste e eventuais repercussões sobre as parcelas autônomas de que tratam os incisos I e II do art. 4.º da Lei nº 15.451/20, e quaisquer outras parcelas remuneratórias, permanentes ou transitórias.

**§ 1º** O reajuste dos subsídios de que trata o "caput" deste artigo **absorverá, proporcionalmente, a parcela de irredutibilidade....**

**§ 2º** A parcela de irredutibilidade, de natureza transitória... após a absorção ..., não poderá resultar em valor inferior ao que assegure que a diferença entre a soma do subsídio da respectiva classe e nível, anteriormente à vigência desta Lei, com a referida parcela de irredutibilidade, e a soma dessas mesmas parcelas, não seja inferior a 5,53% (cinco inteiros e cinquenta e três centésimos por cento).

**(SIGNIFICA QUE SE INCORPORADA TODA PARCELA AUTONOMA, UM REAJUSTE DE 5,53% FOI CONCEDIDO)**

**Art. 6º** Fica revogado o § 1.º do art. 6.º da Lei nº 15.451, de 17/2/2020.



## PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

<b>Tabela de subsídios do magistério válida a partir de 1º de janeiro de 2022 (20h) - em R\$</b>						
<b>Nível/Classe</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>
I (Formação de nível médio)	1.904,96	1.923,95	1.943,20	1.962,63	1.982,26	2.002,08
II (Licenciatura curta)	1.943,01	1.962,44	1.982,06	2.001,89	2.021,90	2.112,88
III (Licenciatura plena)	2.000,16	2.100,16	2.205,17	2.315,43	2.454,36	2.626,15
IV (Pós-graduação lato sensu)	2.095,39	2.200,18	2.310,18	2.471,88	2.644,92	2.830,07
V (Mestrado)	2.285,90	2.423,04	2.568,43	2.722,53	2.885,89	3.059,03
VI (Doutorado)	2.476,39	2.624,97	2.782,47	2.949,41	3.126,37	3.332,71

<b>Tabela de subsídios do magistério válida a partir de 1º de janeiro de 2022 (40h) - em R\$</b>						
<b>Nível/Classe</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>
I (Formação de nível médio)	3.809,92	3.847,91	3.886,38	3.925,26	3.964,50	4.004,15
II (Licenciatura curta)	3.886,01	3.924,87	3.964,12	4.003,76	4.043,79	4.225,77
III (Licenciatura plena)	4.000,30	4.200,32	4.410,33	4.630,85	4.908,70	5.252,31
IV (Pós-graduação lato sensu)	4.190,79	4.400,34	4.620,36	4.943,77	5.289,83	5.660,13
V (Mestrado)	4.571,78	4.846,08	5.136,85	5.445,05	5.771,77	6.118,07
VI (Doutorado)	4.952,76	5.249,92	5.564,92	5.898,82	6.252,73	6.665,42

Tabela de subsídios atualizada pela Lei nº 15.783 de 23/12/2021 (publicada no DOE nº 254, de 24 de dezembro de 2021).

Nota: O reajuste aplicado foi de 32%, portanto, inferior ao percentual de reajuste do Piso Nacional do Magistério (Lei 11.738/2008) que para o ano de 2022 foi apurado em 33,23%.

**Em abril de 2022 foi aprovada a Lei nº 15.837, de 18/05/2022** da revisão geral anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública do Estado, das autarquias e fundações públicas estaduais, bem como dos proventos de inatividade e pensões.

I - **o índice de 1%** (um por cento) incidirá sobre as remunerações, subsídios e proventos de que trata o “caput” deste artigo a contar de 1º de janeiro de 2022; e

II - **o índice de 4,951%** (quatro inteiros e novecentos e cinquenta e um milésimos por cento) incidirá sobre as remunerações, subsídios e proventos de que trata o “caput” deste artigo a contar de 1º de abril de 2022, totalizando 6% (seis por cento).

<b>Tabela de subsídios do magistério válida a partir de 1º de abril de 2022 (20h) - em R\$</b>						
<b>Nível/Classe</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>
I (Formação de nível médio)	2.019,27	2.039,40	2.059,80	2.080,40	2.101,21	2.122,22
II (Licenciatura curta)	2.059,60	2.080,20	2.100,99	2.122,01	2.143,22	2.239,66
III (Licenciatura plena)	2.120,18	2.226,18	2.337,49	2.454,37	2.601,63	2.783,73
IV (Pós-graduação lato sensu)	2.221,12	2.332,20	2.448,80	2.620,21	2.803,63	2.999,89
V (Mestrado)	2.423,07	2.568,43	2.722,55	2.885,90	3.059,06	3.242,59
VI (Doutorado)	2.624,99	2.782,48	2.949,43	3.126,39	3.313,97	3.532,69

<b>Tabela de subsídios do magistério válida a partir de 1º de abril de 2022 (40h) - em R\$</b>						
<b>Nível/Classe</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>
I (Formação de nível médio)	4.038,53	4.078,80	4.119,58	4.160,80	4.202,39	4.244,42
II (Licenciatura curta)	4.119,19	4.160,38	4.201,99	4.244,01	4.286,44	4.479,34
III (Licenciatura plena)	4.240,34	4.452,36	4.674,97	4.908,72	5.203,25	5.567,48
IV (Pós-graduação lato sensu)	4.442,26	4.664,38	4.897,61	5.240,42	5.607,25	5.999,77
V (Mestrado)	4.846,11	5.136,87	5.445,09	5.771,78	6.118,11	6.485,19
VI (Doutorado)	5.249,95	5.564,94	5.898,84	6.252,78	6.627,93	7.065,38

Tabela atualizada pela Lei 15.837 de 18/05/2022 (publicada no DOE nº 94º, de 18 de maio de 2022)

**Aprovada a Lei nº 15.960, de 10 de abril de 2023**, publicada no DOE nº 69, 3ª edição, de 10/04/2023, o subsídio mensal do Magistério Público Estadual foi reajustado **em 9,4595%**, a contar de janeiro de 2023, vedada a sua incidência e repercussão sobre as parcelas autônomas e quaisquer outras parcelas remuneratórias, permanentes ou transitórias, **absorvendo proporcionalmente a parcela de irredutibilidade;**

Aplica-se o subsídio dos Professores e Profissionais de Educação/Especialistas admitidos também sob a forma de contratação temporária e aos inativos e pensionistas com direito à paridade.

**Tabela de Subsídios do magistério válida a partir de 1ª de janeiro de 2023 (20h) - em R\$**

Nível/Classe	A	B	C	D	E	F
I (Formação de nível médio)	2.210,28	2.232,32	2.254,65	2.277,20	2.299,96	2.322,96
II (Licenciatura curta)	2.254,43	2.276,97	2.299,73	2.322,74	2.345,97	2.451,52
III (Licenciatura plena)	2.320,74	2.436,77	2.558,60	2.686,53	2.847,73	3.047,06
IV (Pós-graduação lato sensu)	2.431,23	2.552,81	2.680,44	2.868,07	3.068,84	3.283,66
V (Mestrado)	2.652,28	2.811,39	2.980,08	3.158,89	3.348,43	3.549,32
VI (Doutorado)	2.873,29	3.045,69	3.228,43	3.422,13	3.627,44	3.866,86

Elaboração: Dieese

**Tabela de Subsídios do magistério válida a partir de 1ª de janeiro de 2023 (40h) - em R\$**

Nível/Classe	A	B	C	D	E	F
I (Formação de nível médio)	4.420,57	4.464,65	4.509,27	4.554,38	4.599,93	4.645,92
II (Licenciatura curta)	4.508,84	4.553,93	4.599,48	4.645,47	4.691,92	4.903,06
III (Licenciatura plena)	4.641,45	4.873,53	5.117,20	5.373,07	5.695,45	6.094,12
IV (Pós-graduação lato sensu)	4.862,48	5.105,61	5.360,89	5.736,14	6.137,67	6.567,32
V (Mestrado)	5.304,53	5.622,79	5.960,17	6.317,76	6.696,85	7.098,65
VI (Doutorado)	5.746,57	6.091,36	6.456,84	6.844,26	7.254,90	7.733,72

Tabela atualizada conforme Lei 15.960 publicada no DOE de 10/04/2023.

## Lei nº 16.108, de 9 de abril de 2024. (DOE 10/04/2024)

Reajusta o subsídio mensal dos membros da carreira do Magistério Público Estadual e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica reajustado em 3,62% (três inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), a contar de 1º de janeiro de 2024, o subsídio mensal dos membros da carreira do Magistério Público Estadual ... bem como o subsídio mensal dos integrantes do Quadro Único do Magistério do Estado..., **vedada a sua incidência e repercussão sobre as parcelas autônomas** de que tratam os incisos I e II do art. 4º da Lei nº 15.451/20, e quaisquer outras parcelas remuneratórias, permanentes ou transitórias, **absorvendo-se, proporcionalmente, a parcela de irredutibilidade, de natureza transitória**, de que trata o inciso I do art. 4º da Lei nº 15.451/20.

Parágrafo único. O reajuste de que trata o "caput" deste artigo aplica-se à respectiva referência para o subsídio dos Professores e Profissionais de Educação/Especialistas admitidos sob a forma de contratação temporária de que tratam os incisos I e II do art. 9º e o art. 10 da Lei nº 15.451/20.

**Art. 3º** Aplica-se o disposto nesta Lei aos inativos e pensionistas com direito à paridade.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

" ANEXO I

**TABELA DE SUBSÍDIO DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO**

*Valores dos Subsídios Mensais a partir de 1º de janeiro de 2024*

<i>SUBSÍDIO por Nível e Classe (40h)</i>						
<i>Nível/Classe</i>	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>E</i>	<i>F</i>
<i>I</i>	<i>RS 4.580,59</i>	<i>RS 4.626,26</i>	<i>RS 4.672,53</i>	<i>RS 4.719,26</i>	<i>RS 4.766,44</i>	<i>RS 4.814,12</i>
<i>II</i>	<i>RS 4.672,08</i>	<i>RS 4.718,80</i>	<i>RS 4.765,98</i>	<i>RS 4.813,64</i>	<i>RS 4.861,78</i>	<i>RS 5.080,56</i>
<i>III</i>	<i>RS 4.809,49</i>	<i>RS 5.049,96</i>	<i>RS 5.302,46</i>	<i>RS 5.567,58</i>	<i>RS 5.901,63</i>	<i>RS 6.314,75</i>
<i>IV</i>	<i>RS 5.038,51</i>	<i>RS 5.290,44</i>	<i>RS 5.554,97</i>	<i>RS 5.943,80</i>	<i>RS 6.359,87</i>	<i>RS 6.805,07</i>
<i>V</i>	<i>RS 5.496,57</i>	<i>RS 5.826,35</i>	<i>RS 6.175,93</i>	<i>RS 6.546,48</i>	<i>RS 6.939,29</i>	<i>RS 7.355,64</i>
<i>VI</i>	<i>RS 5.954,61</i>	<i>RS 6.311,87</i>	<i>RS 6.690,60</i>	<i>RS 7.092,04</i>	<i>RS 7.517,55</i>	<i>RS 8.013,71</i>

*ANEXO III*

*TABELA DE SUBSÍDIO DO QUADRO ÚNICO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO, EM  
EXTINÇÃO, CRIADO PELA LEI Nº 6.181/71 - 40h*

*Valores dos Subsídios a partir de 1º de janeiro de 2024*

<i>PADRÃO</i>	<i>SUBSÍDIO</i>
<i>M-1</i>	<i>R\$ 4.580,57</i>
<i>M-2</i>	<i>R\$ 4.580,57</i>
<i>M-3</i>	<i>R\$ 5.038,50</i>
<i>M-4</i>	<i>R\$ 4.809,47</i>
<i>PROFESSOR CATEDRÁTICO</i>	<i>R\$ 5.038,43</i>



## **INTEGRALIDADE E PARIDADE**

**A PARIDADE** garante ao servidor público o direito de que os seus proventos de aposentadoria sejam revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

O direito à **INTEGRALIDADE E PARIDADE** é apenas dos servidores com ingresso no serviço público até 31/12/2003, com aposentadoria integral.

### **CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988**

- Constituição Federal determinava que os proventos de aposentadoria dos servidores públicos deveriam ser integrais (**integralidade**) e revistos na mesma proporção e data da remuneração dos servidores ativos (**paridade**).
- Essa redação esteve vigente até 16/12/1998, quando entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 20.

### **Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998**

- os proventos de aposentadoria deveriam corresponder à totalidade da remuneração (**INTEGRALIDADE**).
- ser reajustados na mesma proporção e na mesma data da remuneração dos servidores ativos (**PARIDADE**).

### **Emenda Constitucional nº 41/2003 de 31/12/2003**

- extinguiu o direito à integralidade e paridade para todos os servidores públicos que ingressassem no serviço público a partir de 01/01/2004
- o direito à integralidade e paridade passou a ser apenas daqueles servidores com ingresso no serviço público até 31/12/2003, desde que cumprissem alguns requisitos adicionais previstos para aposentadoria na época.

### **Normas do Estado do RS**

- EMENDA A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL nº 78 de 4 de fevereiro de 2020>
- LEI COMPLEMENTAR nº 15.429, de 22 de dezembro de 2019

**Organização**

**Marli H. K da Silva**

[marli0902@terra.com.br](mailto:marli0902@terra.com.br)

[www.profemarli.com](http://www.profemarli.com)

**ABRIL/2024**